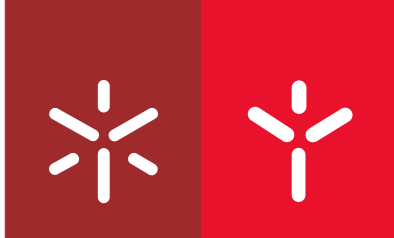


**Universidade do Minho**  
Escola de Direito

Felisberto dos Anjos Borges

**RELATÓRIO DE ATIVIDADE PROFISSIONAL**

O tráfico de seres humanos na formação da polícia em Angola. O direito europeu como referência comparativa



**Universidade do Minho**

Escola de Direito

Felisberto dos Anjos Borges

## **RELATÓRIO DE ATIVIDADE PROFISSIONAL**

O tráfico de seres humanos na formação da polícia em Angola. O direito europeu como referência comparativa

Mestrado em Direito da União Europeia

Trabalho realizado sob a orientação do

**Professor Doutor Mário João Ferreira Monte**

## DECLARAÇÃO

Nome: Felisberto dos Anjos Borges

Endereço electrónico: [f.borges.anjos@gmail.com](mailto:f.borges.anjos@gmail.com)

**O tráfico de seres humanos na formação da polícia em Angola. O direito europeu como referência comparativa**

Orientador:

Professor Doutor Mário João Ferreira Monte

Ano de Conclusão 2015

Designação do Mestrado: Mestrado em Direito Europeu

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO PARCIAL DESTE RELATÓRIO APENAS PARA EFEITO DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO QUE A TAL SE COMPROMETE.

Universidade do Minho, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**Assinatura:** \_\_\_\_\_

## Resumo

A prática profissional como docente de Introdução ao Estudo do Direito, Direito Penal e Criminalística em Angola, nomeadamente no Instituto Superior de Ciências Policiais e Criminais levou à percepção de que existem temas que apesar de serem transversais a todos os países do Mundo, ainda são pouco divulgados em Angola, mesmo entre aqueles cuja preocupação é a defesa dos Direitos, Liberdades e Garantias dos cidadãos. Assim, procedeu-se com a anuência das chefias policiais à aplicação de um questionário a elementos policiais que frequentam o curso de oficiais no referido Instituto Superior, para que se recolhessem dados que permitissem analisar a percepção que os referidos elementos têm sobre a problemática do TSH (Tráfico de Seres Humanos) e a partir daí equacionar a possibilidade de se alterarem alguns currículos ou até fazer a introdução de mais formação dentro da PN (Polícia Nacional), assim como ponderar formas que permitam uma maior difusão da realidade desta problemática TSH pelas populações para prevenir o mesmo.

A realidade angolana mostra que o fenómeno existe pontualmente, mas as estatísticas são nulas. Há relatos através dos *media* de situações que podem ser relacionadas com tráfico, como casos pontuais de cidadãs chinesas, congolesas e brasileiras na prostituição e um ou outro relato de mão-de-obra infantil de crianças angolanas utilizada em quintas em países que fazem fronteira com Angola mas cremos que a realidade pode ultrapassar os meros casos pontuais.

Este é apenas um estudo exploratório que pretendemos abra portas a que se equacione uma melhor formação sobre o tema, para um maior conhecimento do fenómeno por parte dos futuros oficiais da PN para que possam prevenir e combater de forma mais eficaz este flagelo.

### *Abstract*

The professional practice as a Professor of Introduction to Law Study, Criminal Law and Criminalistics in Angola, namely in the Superior Institute of Police and Criminal Science, led to the perception that there are themes that despite being common to every country in the world are still very little spread in Angola, even among those whose main concern is the defense of the citizens' Rights, Freedoms and Guarantees. Therefore, with the consent of the police command, a questionnaire was applied to police elements who are attending the official's course at the forementioned Superior Institute, so that data could be gathered in order to analyze the perception these elements have on the Trafficking in Human Beings (THB) theme. From this starting point, we will consider the possibility of making changes in curricula, or even the deepening of the formation on this theme in the National Police, aswell as thinking about ways that enable a broader diffusion of this reality by the population, in order to prevent it.

The Angolan reality shows that this phenomenon occurs sporadically, but the statistics are nonexistent. There are accounts of situations, by the media, that can be related to trafficking, such as the individual cases of Chinese, Congolese and Brazilian citizens in prostitution, or the accounts on Angolan child labor in farms of neighboring countries, but we believe that reality may exceed these cases.

This is merely an exploratory study that we hope can contribute to a better formation on the theme, for a broader knowledge of this reality from the future officials of the National Police, so that this scourge can be prevented and more efficiently fought.

## Índice

Resumo .....	iii
<i>Abstract</i> .....	iv
I – Introdução .....	6
II – Desenvolvimento	
2.1. A protecção dos Direitos Humanos .....	8
2.2. Tráfico de Seres Humanos	
2.2.1. Factos e dados globais a nível mundial .....	8
2.2.2. Na União Europeia .....	12
2.2.3. Em África .....	14
2.2.4. Nos países da SADC .....	15
2.2.5. Em Angola .....	19
2.3. Breve abordagem sobre as diferentes formas de Tráfico de Seres Humanos .....	20
2.3.1. Exploração Sexual .....	21
2.3.2. Exploração no Trabalho (Trabalho forçado) .....	22
2.3.3. O Tráfico para Remoção de Órgãos .....	23
2.4. Breve abordagem sobre as vítimas de tráfico	
2.4.1. As Mulheres .....	24
2.4.2. As Crianças .....	25
2.4.3. Os Homens .....	27
2.5. Factores de vulnerabilidade das vítimas .....	28
2.6. Como identificar casos de Tráfico de Seres Humanos .....	28
2.7. Indicadores para identificação de vítimas .....	29
2.8. Locais prováveis de permanência de vítimas de Tráfico de Seres Humanos .....	32
2.9. Enquadramento jurídico internacional e nacional do Tráfico de Seres Humanos .....	33
2.10. Recolha, apresentação e análise dos dados .....	35
Limitações e perspectivas para outros trabalhos .....	43
Conclusões .....	44
Recomendações .....	45

## I

### INTRODUÇÃO

Sendo jurista e docente das cadeiras de Introdução ao Estudo do Direito, Direito Penal e Criminalística numa Universidade e no Instituto Superior de Ciências Policiais e Criminais de Angola, perante a percepção no dia-a-dia como docente de que, a problemática mundial do tráfico humano ainda é pouco conhecida em Angola, mesmo por parte das autoridades/forças de segurança que combatem tal flagelo, procedeu-se com anuência das chefias policiais à aplicação de um questionário a alunos do Instituto Superior de Ciências Policiais e Criminais de Angola (ISCPC), que sendo todos agentes de autoridade, oriundos um pouco de todo o país nos poderiam dar uma percepção mais aproximada da real dimensão do conhecimento desta problemática, com vista a melhorar a formação da polícia nesta área e a ponderar formas que permitam uma maior difusão através dos vários meios de comunicação das medidas a serem tomadas por parte das populações para prevenção e combate deste crime.

Com efeito os dados estatísticos sobre esta problemática, em termos policiais, em Angola são nulos, isto não quer dizer que o problema não exista mas sim que mesmo existindo e tendo por base a pouca informação em geral levam a que sejam quase nulos os relatos ou denúncias desta prática.

Ao longo deste relatório debruçar-nos-emos sobre a problemática do Tráfico de Seres Humanos (TSH) na formação da Polícia Angolana (PN).

O presente trabalho é fruto de uma pesquisa que tem como objectivo a análise da problemática do Tráfico de Seres Humanos, nomeadamente verificar qual a percepção que as autoridades de segurança a quem cabe o combate e prevenção deste fenómeno, têm sobre o mesmo e tudo o que o envolve, para além de abordar o tema de forma teórica para um melhor enquadramento.

Para isso, além da pesquisa bibliográfica e através da internet em sítios das Nações Unidas, da União Europeia, da OIM (Organização Internacional das Migrações) e da OIT (Organização Internacional do trabalho), iremos analisar os questionários feitos a uma amostra de agentes e subchefes da Polícia Nacional de Angola que frequentam o curso de oficiais no ISCPC. Para o efeito procedemos à construção de um inquérito por questionário composto por perguntas

fechadas, para uma mais rápida análise do mesmo, tendo sido deixado espaço a uma questão aberta autónoma onde os inquiridos deverão dar a sua opinião que se justifica no seguimento das feitas anteriormente. As respostas elencadas são quantitativas e qualitativas.

Proceder-se-á então à aplicação do questionário a uma amostra, que se teve por suficiente, procedendo-se de seguida à recolha e tratamento dos respectivos dados qualitativos e quantitativos, tendo presente que se trata nesta fase de apenas um estudo exploratório que permita equacionar a necessidade de mais formação dentro da Polícia Nacional de Angola, aos efectivos desta corporação.



## II

### DESENVOLVIMENTO

#### 2.1. A protecção dos Direitos Humanos

Cada cidadão deve conhecer as leis do seu país, confiar nelas e na protecção que as mesmas lhe dão, garantindo desta forma a satisfação dos seus direitos.

Num Estado de Direito Democrático reina a legalidade, o que significa que existem regras que regulam a vida das pessoas e as relações entre os cidadãos. O Estado de Direito assegura o exercício da justiça, tendo cada cidadão os seus direitos reconhecidos e seguros, obrigando-se no entanto a respeitar o direito dos outros cidadãos.

A consciência dos cidadãos relativamente à preservação dos direitos individuais e para com o Estado facilita o trabalho da polícia. Esta consciência é tanto maior quanto mais alto for o nível de alfabetização e o grau académico dos cidadãos.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) fornece as directrizes necessárias relativamente aos deveres e responsabilidades dos agentes das polícias na protecção desses mesmos direitos. O carácter moral e persuasivo da DUDH advém do facto de ser uma declaração elaborada em conformidade com as normas internacionais geralmente aceites. A DUDH serve para enumerar e definir os direitos fundamentais proclamados na carta das Nações Unidas nos artºs 3.º, 5.º, 9.º, 10.º e 11.º. Estes artigos referem-se respectivamente aos direitos à vida, à liberdade e segurança do indivíduo, à proibição da tortura, tratamento cruel e desumano, à proibição da detenção arbitrária, o direito a um julgamento justo.

#### 2.2. Tráfico de Seres Humanos

##### 2.2.1. Factos e dados globais a nível mundial

Não existem números exactos sobre a magnitude do tráfico de seres humanos/tráfico de pessoas ao redor do mundo, mas há algumas referências sobre a sua ocorrência a nível mundial.

O Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em especial de Mulheres e Crianças (Palermo, 2000), foi adoptado pela Assembleia Geral da ONU em Novembro de 2000 (Resolução 55/25) e entrou em vigor em Setembro de 2003, do qual no seu artigo 3.º define o tráfico de pessoas como sendo:

*“O recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou uso da força ou a outras formas de coacção, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou à situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre outra para fins de exploração.”*

Ao ler a definição do Protocolo referido anteriormente, podemos concluir que, no caso dos adultos, há três elementos que constituem o crime de tráfico de pessoas: o acto, os meios e o propósito.

**O acto** refere a acção propriamente dita, o que é feito pelos traficantes para conseguirem explorar uma pessoa: *“O recrutamento, transporte, transferência, alojamento ou acolhimento de pessoas”*. O acto é um elemento essencial do crime de tráfico. Implica que uma vítima seja recrutada e/ou transportada, e/ou transferida, e/ou alojada, e/ou recebida. A partir desta definição, podemos concluir que o facto de haver movimento de *per si* não é essencial em um caso de tráfico humano, embora seja comum. A vítima não precisa ser fisicamente transportada/movimentada de um local para outro, para que o crime se enquadre dentro da definição.

**Os meios** implicam a forma como os traficantes agem para enganar uma pessoa e fazer dele/dela uma vítima de tráfico:

*“Ameaça ou uso de forças ou outras formas de coerção, de rapto, de fraude, de engano, do abuso de poder ou de uma posição de vulnerabilidade ou de dar ou receber pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa tendo controlo sobre outra pessoa”*.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Manual do Combate ao Tráfico de Seres Humanos para Funcionários responsáveis pela aplicação da lei em Angola, 2012, pág.8.

As pessoas são muitas vezes apanhadas no tráfico por uma variedade de meios. Há muitas variações de actuação, no *modus operandi* do tráfico, mas existem três métodos básicos que podem ser identificados:

**Rapto ou recrutamento forçado:** Neste contexto, as vítimas são levadas à força e não têm nenhum elemento de escolha, não tendo meios para se oporem aos recrutadores. *“A incidência do recrutamento forçado está aumentar e isso pode ser uma consequência de que cada vez mais vítimas tornaram-se conscientes dos riscos inerentes através do impacto de campanhas de informação. Além disso, as crianças vítimas de tráfico são mais vulneráveis a este tipo de meios.”*<sup>2</sup>

**Recrutamento enganoso:** As vítimas são na maioria das vezes atraídas por promessas de emprego e ganho financeiro, sendo enganadas totalmente quanto às verdadeiras intenções dos traficantes/recrutadores. Em tais casos, as vítimas acreditam genuinamente que elas serão empregadas em alguma forma de actividade legítima, como o trabalho em hotéis ou restaurantes, em escritórios ou agindo como trabalhadores domésticos ou rurais.

**Recrutamento parcial:** As vítimas podem estar cientes de que, por exemplo, estão a ser recrutadas para actividades tais como striptease ou bailarinas de clubes, ou podem mesmo estar cientes que elas vão estar envolvidas na prostituição, mas elas são enganadas quanto às condições sob as quais serão contratadas. Em grande parte das situações as vítimas não são informadas com antecedência, que serão obrigadas a trabalhar longas horas em más condições e muitas vezes em condições perigosas das quais vão receber pouco ou nenhum salário.

Em relação ao abuso e vulnerabilidade, é importante referir que estamos perante situações em que a pessoa envolvida não tem outra alternativa real e aceitável senão submeter-se à exploração. Uma pessoa vulnerável pode ser qualquer pessoa que possa estar no país ilegalmente ou sem documentos adequados; uma pessoa grávida ou com algum tipo de limitação em causa de uma deficiência específica; uma pessoa que é dependente de drogas ou outras substâncias; ou pessoas com capacidades reduzidas para poderem fazer julgamentos em virtude de serem ainda crianças.

Quando nos referimos ao **propósito**, estamos a falar das motivações que levam a que o crime seja praticado. Os traficantes fazem este tipo de acções com o propósito de explorar outras

---

<sup>2</sup> *Ibidem*

pessoas e de ter um ganho financeiro. “*Exploração da prostituição de outros ou outras formas de exploração sexual, trabalho forçado ou serviços, escravidão ou práticas similares a escravidão, servidão ou remoção de órgãos*”

A exploração é o propósito principal do tráfico de pessoas. Em geral, os traficantes movimentam grandes quantidades de dinheiro, mas em algumas situações os benefícios são em espécie, tal como no caso de trabalho livre ou serviços.

As formas de exploração mais comuns são **exploração sexual e o trabalho forçado**, que analisaremos adiante neste trabalho.

No início da acção global da luta contra o tráfico de pessoas no ano de 2000, as vítimas mais frequentemente identificadas eram mulheres traficadas para exploração sexual. Embora ainda sejam as mulheres as que são mais vulneráveis ao tráfico, hoje, há cada vez mais casos de crianças vítimas de tráfico para fins diversos e de homens vítimas de tráfico especialmente para a exploração laboral. Por outro lado o tráfico interno (dentro das fronteiras de um país) tem uma magnitude semelhante ou mesmo pior que a criminalidade transnacional.

Quando são pesquisados dados sobre a ocorrência deste tipo de tráfico relativamente ao género, verifica-se que actualmente o tráfico de homens tem aumentado nos últimos anos. No ano de 2012 na Europa, na Ásia e Pacífico, na Ásia Central e do Sul, o número de mulheres vítimas de tráfico de pessoas, ultrapassaram o de homens na proporção de duas para um. No Oriente Médio e África, a diferença foi menos pronunciada. Estes dados revelam bem que o tráfico de pessoas não é um problema que atinge unicamente mulheres e crianças.

Segundo dados da Organização Internacional das Migrações (OIM), o número de homens, mulheres e crianças assistidas pela organização sofreu um aumento de 27% (vinte e sete por cento) no que se refere ao tráfico de homens e crianças, de 2008 a 2011, tendo estabilizado no que respeita a vítimas adultas do género feminino<sup>3</sup>.

Segundo a mesma organização o número de casos de tráfico laboral elevou cerca de 43%, no mesmo período. Por sua vez os casos de tráfico para exploração sexual baixaram 13%.<sup>4</sup>

---

<sup>3</sup> Manual de Combate ao Tráfico de Seres Humanos para Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei em Angola, OIM, 2012, pág. 17.

<sup>4</sup> *Ibidem*.

O último relatório das Nações Unidas, datado de Outubro de 2013, revela que a maioria do tráfico de seres humanos é feito em direcção à Europa, e que a origem das pessoas traficadas condiciona o destino das mesmas, assim por exemplo vítimas dos países latino-americanos têm como destino principal países como Espanha, Itália, Portugal, França, Holanda, Alemanha e na sua maioria estas pessoas são traficadas para exploração sexual.

Os países cujos governos cumprem cabalmente com os padrões<sup>5</sup> mínimos da Lei de Protecção às Vítimas de Tráfico (LPTV)<sup>6</sup> para a eliminação do tráfico são colocados no Nível 1. Os países cujos governos não cumprem cabalmente com estes padrões mas fazem esforços significativos para estarem em conformidade com os padrões são colocados no Nível 2. Os países cujos governos se assemelham à definição dos países do nível 2, e em simultâneo tenham:

*“ a) um número absoluto de vítimas de formas severas de tráfico muito significativo e que aumentam significativamente; b) há uma falta em providenciar evidência de esforços crescentes para combater formas severas de tráfico de pessoas do ano anterior são colocados no Nível 3.”*

Os países colocados neste último nível, podem estar sujeitos a determinadas sanções, sendo que o governo dos EUA pode suspender ou retirar assistência externa não humanitária, não comercial entre outros, etc.

### **2.2.2. Na União Europeia**

O Parlamento Europeu e o Conselho da União Europeia, tendo em conta o nº 2 do Artº 82º e o nº 1 do Artº 83º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, ao deliberar de acordo com o processo legislativo ordinário considerou que *"(...) o tráfico de seres humanos constitui um crime grave, cometido frequentemente no quadro da criminalidade organizada, e uma violação grosseira dos direitos humanos (...)"*<sup>7</sup>.

De acordo com a legislação atrás referida a União Europeia mostra-se empenhada no combate e na prevenção deste tipo de crime, assim como na protecção dos direitos das vítimas

---

<sup>5</sup> Prossecução (aprovação de leis contra o tráfico), Protecção (às vítimas de tráfico) e Prevenção (medidas fiscalizadoras de polícia que previnam a entrada ilegal nos países).

<sup>6</sup> Relatório do Governo dos Estados Unidos sobre o Tráfico de Pessoas, 2012.

<sup>7</sup> Ponto (1) do Preâmbulo da Directiva 2011/36/UE, de 5 de Abril, Jornal Oficial da União Europeia de 15/04/2011, L 101/1.

deste tipo de crime,<sup>8</sup> devendo centrar a sua acção em torno de objectivos que visem a protecção destes grupos e a prevenção e a luta contra este fenómeno, designadamente, reforçando a cooperação e a coordenação entre as autoridades policiais e judiciais dos Estados-Membros.<sup>9</sup> A União Europeia introduziu ainda um conjunto de disposições comuns com o intuito de abordar certas questões, tais como a criminalização e as sanções ou as circunstâncias agravantes nos casos de tráfico de seres humanos, defendendo que por qualquer que seja as razões a ele subjacentes tais como exploração sexual ou laboral, é uma violação fundamental dos direitos humanos.<sup>10</sup>

Tendo por base a Directiva<sup>11</sup> do Parlamento Europeu e do Conselho, relativa à prevenção e luta contra o tráfico de seres humanos e à protecção das vítimas, e que substitui a Decisão-Quadro<sup>12</sup>, que estabelece regras mínimas à escala da União Europeia (UE) relativas à definição das infracções penais e das sanções no domínio do tráfico de seres humanos, foram previstas igualmente medidas destinadas a uma prevenção mais eficaz deste fenómeno e ao reforço da protecção das vítimas.

A Directiva adoptada pela União Europeia (UE) define regras mínimas comuns para determinar e sancionar as infracções consideradas como tráfico de seres humanos, definindo que são puníveis os actos intencionais como:

*"Recrutamento, transporte, transferência, guarida ou acolhimento de pessoas, incluindo a troca ou a transferência do controlo sobre elas exercidos, através do recurso à força ou a outras formas de coacção, rapto, fraude, artil, abuso de autoridade ou de uma posição de vulnerabilidade, ou da oferta ou obtenção de pagamentos ou benefícios a fim de conseguir o consentimento de uma pessoa que tenha controlo sobre outra **para efeitos de exploração**".<sup>13</sup>*

A exploração inclui, no mínimo<sup>14</sup>:

- A exploração da prostituição ou outras formas de exploração sexual;

---

<sup>8</sup> Ponto (4) do Preâmbulo da Directiva 2011/36/UE de 5 de Abril, Jornal Oficial da União Europeia de 15/04/2011, L 101/1.

<sup>9</sup> Ponto (5) do Preâmbulo da Directiva 2011/36/UE de 5 de Abril, Jornal Oficial da União Europeia de 15/04/2011, L 101/2.

<sup>10</sup> Pts (11) e (12) do Preâmbulo da Directiva 2011/36/UE de 5 de Abril, Jornal Oficial da União Europeia de 15/04/2011, L 101/2.

<sup>11</sup> Directiva nº2011/36/EU, de 5 de Abril de 2011

<sup>12</sup> Decisão-Quadro nº 2002/629/JAI do Conselho (Jornal Oficial L 101 de 15.4.2011)

<sup>13</sup> Artº 2º, nº 1 da Directiva 2011/36/UE de 5 de Abril, Jornal Oficial da União Europeia de 15/04/2011, L 101/6.

<sup>14</sup> Artº 2º, nº 3 da Directiva 2011/36/UE de 5 de Abril, Jornal Oficial da União Europeia de 15/04/2011, L 101/6

- O trabalho ou serviços forçados (incluindo a mendicidade, a escravatura ou práticas equiparáveis à escravatura, a servidão, a exploração de actividades criminosas, bem como a remoção de órgãos).

Nos termos do nº 4 do Artº 2º da Directiva 2011/36/UE de 5 de Abril, existe exploração sempre que uma pessoa tenha sido coagida (recurso a ameaça ou à força, rapto, fraude, arдил, etc.), independentemente do consentimento da vítima na sua exploração, no entanto, e de acordo com os nºs 5 e 6 do referido Artº e Directiva sempre que a vítima seja uma criança (uma pessoa com menos de 18 anos), estes actos de exploração devem ser considerados automaticamente como tráfico de seres humanos, ainda que não tenha sido utilizado nenhum dos meios de coacção indicados anteriormente.

De acordo com a Directiva referida, no seu Artº 3º, o incentivo ao tráfico de seres humanos, bem como o auxílio, a cumplicidade e a tentativa de cometer qualquer uma das infracções, são actos puníveis.

A directiva fixa a pena máxima para estas infracções em, pelo menos, cinco anos de prisão<sup>15</sup> e, pelo menos, dez anos nos casos em que se verifiquem as seguintes circunstâncias agravantes<sup>16</sup>:

- *“A infracção tenha sido cometida contra uma vítima particularmente vulnerável (as crianças fazem sempre parte desta categoria);*
- *A infracção tenha sido cometida no quadro de uma organização criminosa;*
- *A infracção tenha posto em perigo a vida da vítima e tenha sido cometida com dolo ou negligência grosseira;*
- *A infracção tenha sido cometida com especial violência ou tenha causado à vítima danos particularmente graves.”*

As pessoas colectivas podem ser igualmente consideradas responsáveis se as infracções forem cometidas em seu benefício, por qualquer pessoa que ocupe uma posição de liderança. O mesmo se aplica sempre que a falta de supervisão ou de controlo por parte desta pessoa tenha possibilitado a prática destas infracções por uma pessoa sob a sua autoridade.<sup>17</sup>

---

<sup>15</sup> Artº 4º, nº 1 da Directiva 2011/36/UE de 5 de Abril, Jornal Oficial da União Europeia de 15/04/2011, L 101/6.

<sup>16</sup> Artº 4º, nº 2 da Directiva 2011/36/UE de 5 de Abril, Jornal Oficial da União Europeia de 15/04/2011, L 101/6.

<sup>17</sup> Artº 5º, nº 1 da Directiva 2011/36/UE de 5 de Abril, Jornal Oficial da União Europeia de 15/04/2011, L 101/7.

### **2.2.3. Em África**

Por todo o continente africano observa-se um tráfico destinado à Europa, para além de um tráfico intra e inter-regional.

Dados recolhidos pelas Organizações Não Governamentais (ONG) que combatem este flagelo, revelam que no Líbano existe tráfico de mulheres que são exploradas como domésticas cuja origem é a Etiópia e que passam para aquele país através do Quénia e Tanzânia. Foram detectados casos de jovens mulheres no Quénia cuja origem é a Índia e o Sul da Ásia.

O tráfico de crianças na zona ocidental de África é muito comum, sendo a Nigéria um dos principais países de origem de vítimas de tráfico internacional em todo o Mundo. Mulheres e crianças provenientes principalmente de países como o Gana, Nigéria e Senegal têm como destino a Europa e outros países de África, assim como os Estados do Golfo. Foram detectadas vítimas originárias destes países de África na Turquia, no Iraque e Tajiquistão. Jovens do sexo masculino do Gana, são traficados dentro do próprio país e explorados por pescadores.

### **2.2.4. Nos países da SADC (Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral)**

A comercialização de pessoas para fins de exploração sexual é um fenómeno internacional que desde há alguns anos recebe uma especial atenção por parte dos governos e de organizações preocupadas com o fenómeno.

A escravidão moderna continua a render milhões de dólares para os implicados no crime organizado, enquanto milhares de vidas pessoais e familiares são destruídas.

A região da África Austral não escapa a este flagelo, e os diversos estudos já realizados indicam que as pessoas continuam a ser traficadas para dentro e fora da região, bem como entre os próprios países da região.

Pelas mais variadas razões, os países da SADC estão mal equipados para identificar, investigar e prevenir o flagelo do tráfico humano, punir os traficantes, e prestar apoio às vítimas que frequentemente são violentadas e abusadas pelos traficantes.



As razões identificadas durante um Workshop do Diálogo sobre a Migração para África Austral (MIDSA), concretizado em Maputo no ano de 2002, incluíam o facto de a legislação existente ser muito ineficaz, para além da ignorância sobre o tráfico humano.

O Boletim Informativo<sup>18</sup> editado pela OIM em Pretória refere que,

*“ (...) a OIM e o Projecto da África Austral sobre a Migração (SAMP), convocaram no Malawi um Workshop intergovernamental para os estados membros da SADC e o Madagáscar sobre os temas de Tráfico Humano e o Passamento Ilícito de Migrantes na região da África Austral. Reunindo representantes dos ministérios do interior e da justiça, o Workshop colocou o enfoque sobre a identificação de tendências, a análise das medidas implementadas até à altura, e as recomendações de acções futuras. O Workshop também contou com a presença de diversas agências da ONU, de observadores estrangeiros e de representantes da União Africana e da SADC.”*

Este Boletim revela que já desde o início do Séc. XXI os países da SADC têm consciência deste flagelo humano e que há um interesse de implementar medidas que terminem com o mesmo e o punam.

Existem também referências anteriores que relatam o tráfico de pessoas, como o Relatório sobre tráfico de crianças e mulheres destinadas à indústria do sexo na África do Sul, divulgado pela Organização Não-Governamental Sul-Africana Molo Songololo.<sup>19</sup>

Este relatório identificou à altura 11 países africanos a partir dos quais o tráfico se fazia e entre os quais se encontram Angola, Camarões, Lesoto, Moçambique, Malawi, Nigéria, República Democrática do Congo Sudão, Suazilândia, Zâmbia e Zimbabué.

Em Maio de 2003, a Organização Internacional das Migrações divulgou um relatório onde é claramente afirmado que cerca de 1.000 (mil) moçambicanos, especialmente jovens raparigas

---

<sup>18</sup> Boletim Informativo “Relance sobre o Tráfico de Seres Humanos na África Austral, 3ª Edição, Agosto 2004 “, OIM Pretória, África do Sul, pág.2

<sup>19</sup> Molo Songololo, The Trafficking of Women into the South African Sex Industry. Cape Town, 2000, pp.20-22.

com idades entre os 14 e os 24 anos, provenientes de zonas rurais e urbanas de Maputo, Gaza e Nampula, eram anualmente traficados de Moçambique para a África do Sul.<sup>20</sup>

O tráfico de menores é uma realidade em Moçambique, confirmado pela imprensa, por estudos de casos e por percepções populares, dando origem a uma grande preocupação social. O tráfico laboral e sexual para a África do Sul e o tráfico para a extracção de órgãos são as duas modalidades mais visíveis. Vulnerabilidades sociais e institucionais facilitam e ampliam o tráfico.<sup>21</sup>

Em 2004 o Gabinete para o Controlo e Combate ao tráfico de Seres Humanos, sob a tutela do departamento do Interior dos Estados Unidos, apelou aos membros da SADC para que acelerassem a implementação de medidas de combate ao tráfico. Este departamento submete anualmente ao Congresso americano um relatório sobre os esforços envidados pelos governos estrangeiros no sentido de combater o tráfico de seres humanos. Este relatório faz uma avaliação do desempenho dos países estrangeiros em relação às normas mínimas para o combate ao tráfico humano, contempladas na Lei dos Estados Unidos e faz uma categorização desses mesmos países com base no cumprimento de determinados requisitos.

É feito desta forma um apelo aos estados no sentido de:

- “- Proibirem o tráfico de seres humanos e punirem os infractores.*
- Implementarem leis cujas penas sejam correspondentes à gravidade do crime, para casos de estupro, para todos os actos de tráfico de seres humanos para fins de exploração sexual que envolvam violência, fraude ou coerção; para todos os casos em que as vítimas do tráfico humano sejam crianças, visto que uma criança é incapaz de consentir significativamente ao acto sexual; e todos os casos de tráfico humano que envolvam a violação sexual, o rapto e a morte.*
- Prescrever penas mínimas que sejam suficientemente rigorosas para desencorajar o tráfico de seres humanos e que reflectam a gravidade desses crimes.*
- Eliminar o tráfico de seres humanos de forma sustentável e séria.”<sup>22</sup>*

---

<sup>20</sup> IOM International Organization for Migration, Seduction, Sale & Slavery, Trafficking in Women and Children for Sexual Exploitation in Southern Africa, Pretória, 2000, pág. 8.

<sup>21</sup> Tatá papá, tatá mamá, “Tráfico de menores em Moçambique”, Carlos Serra, Universidade Eduardo Mondlane/Centro de Estudos Africanos, Maputo, 2008, pág. 3.

<sup>22</sup> Manual de Combate ao Tráfico de Seres Humanos para Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei em Angola, OIM, 2012, pág. 25.

No seio da SADC foi implementado um Plano de Acção Regional de Combate ao Tráfico de Seres Humanos que foi adoptado pelos Ministros da SADC, responsáveis pelo combate ao tráfico de pessoas.

Este plano regional foi adaptado em 2009 em Moçambique e é conhecido como o “Plano Estratégico da Acção de Luta contra o Tráfico de Pessoas, Especialmente mulheres e Crianças na Região da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral.

Este plano de acção regional, aborda o tráfico de uma perspectiva abrangente englobando orientações dimanadas do Protocolo para Prevenir, Suprimir e Punir o Tráfico de Pessoas, Especialmente Mulheres e Crianças, do Plano de Ouagadougou de Combate ao Tráfico de Seres Humanos Especialmente Mulheres e Crianças da União Africana e do Protocolo sobre Género e Desenvolvimento da SADC em particular.

O Plano de Acção procura abordar as seguintes áreas prioritárias de acordo com esses instrumentos jurídicos<sup>23</sup>:

- *Legislação e medidas políticas, que visam encorajar os Estados Membros a incentivarem a ratificar e implementar a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, (...); bem como o desenvolvimento de políticas nacionais, e a promulgação de legislação para combater o tráfico de pessoas;*
- *A formação para aprimoramento de competências e capacitação, (...) de quadros nacionais para o pessoal de aplicação da lei, as alfândegas e oficiais de migração, assistentes sociais, procuradores e juizes, organizações da sociedade civil e os sectores privados na investigação, prevenção e repressão do tráfico de pessoas, bem como, a protecção das vítimas de tráfico especialmente mulheres e crianças;*
- *Prevenção e sensibilização pública que abrange a prestação de apoio aos Estados Membros, em parceria com Organizações Internacionais, Organizações Não-Governamentais e Sector da Sociedade Civil, outros Sectores Público e Privado/Mídia para desenvolver e disseminar matérias regionais de sensibilização e pública sobre o tráfico de pessoas, particularmente vulneráveis mulheres e crianças;*
- *O apoio à vítima e a protecção de testemunhas, (...) coordenação e cooperação regional.*

---

<sup>23</sup> Manual de Combate ao Tráfico de Seres Humanos para Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei em Angola, OIM, 2012, pág. 32

- *A pesquisa e partilha de informação, (...), isto é, o desenvolvimento de Sistemas de Gestão de Informação Regional (MIS);*
- *O monitoramento e a avaliação da implementação do Plano de Acção a nível regional e nacional;*
- *A mobilização de recursos para a implementação do Plano de Acção.”*

#### 2.2.5. **Em Angola**

O relatório publicado em 2011 pelo Departamento de Estado Norte Americano indicava Angola como um dos países de origem e destino de homens, mulheres e crianças vítimas de tráfico sexual e trabalho forçado.

Dentro do país as vítimas de tráfico são em grande parte exploradas em trabalhos de agricultura, construção civil, serviços domésticos e em minas de diamantes. Mulheres e crianças angolanas são subjugadas e exploradas na serventia doméstica em países como África do Sul, República Democrática do Congo, Namíbia e alguns países europeus.

Foram descobertas pelas autoridades policiais angolanas no ano transacto, redes de prostituição constituídas por mulheres oriundas do Vietname, China, Brasil, Namíbia, Congo Democrático que se suspeita serem vítimas de tráfico sexual.

Em Setembro de 2013 os órgãos de comunicação social davam notícia de que tinham sido detectadas crianças traficadas para exploração laboral infantil, nas províncias do Namibe, Cunene e Huíla.

Já anteriormente em 2008, este tema havia sido abordado numa entrevista com o então Director Nacional da Investigação Criminal que referia na mesma que,

*“Em relação a Angola, nós registamos uma série de movimentos que nos fazem presumir que o nosso território esteja a ser alvo deste crime. (...). Temos casos de mulheres trazidas da República Democrática do Congo. Já começamos a ver mulheres a virem do Brasil, por encomenda para convívios. Este é o termo usado. Mas, no fundo (...) concluímos que vêm para se prostituir. Nos casos das mulheres provenientes da RDC, são*

*colocadas em alguns bairros de Luanda, onde exercem prostituição sob controlo dos chamados padrinhos.*”<sup>24</sup>

Mais recentemente há notícias nos *media* de situações de tráfico de crianças que foram dadas como desaparecidas em províncias fronteiriças e que mais tarde vieram a ser encontradas a trabalhar em fazendas na Namíbia.

De acordo com o Relatório do Governo dos Estados Unidos com a atribuição de níveis, “*O Governo de Angola não cumpre cabalmente com os padrões mínimos para a eliminação do tráfico no entanto, está a fazer esforços significativos.*” Apesar destes esforços, “*o governo não demonstrou evidência de esforços globais para endereçar o tráfico de seres humanos desde o ano 2011; portanto, Angola está colocada no nível 2 “Watch List” por um segundo ano consecutivo.*”<sup>25</sup>

O executivo angolano fez alguns esforços na aplicação da lei, e as forças policiais de Angola conseguiram resgatar 23 vítimas de tráfico sexual e laboral e deteve pelo menos 12 traficantes chineses suspeitos.

Apesar disso o Código Penal Angolano ainda não sofreu qualquer alteração para criminalizar o tráfico de seres humanos nem o executivo finalizou o ante-projecto da legislação anti-tráfico. Não foi feito qualquer esforço para identificar vítimas angolanas, nem aumentaram os apoios a vítimas ou as campanhas de sensibilização durante o período de elaboração do relatório. Não se nota que o executivo angolano tenha desenvolvido procedimentos para identificar vítimas de tráfico entre populações vulneráveis e as próprias autoridades não receberam qualquer formação na matéria.

Com base na informação do relatório, “*pode-se dizer que em Angola existe:*

- *O tráfico interno e transnacional para fins de exploração sexual e laboral;*
- *As crianças, as mulheres e os homens são vítimas deste crime.*”<sup>26</sup>

---

<sup>24</sup> Entrevista do Comissário Eduardo Serqueira, Director Nacional da Investigação Criminal *in* Jornal de Angola, 13 de Julho de 2008.

<sup>25</sup> Manual do Combate ao Tráfico de Seres Humanos para Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei em Angola, OIM 2012, pág.21.

<sup>26</sup> *Ibidem*

### **2.3. Breve abordagem sobre as diferentes formas de Tráfico de Seres Humanos**

O Protocolo de Palermo já anteriormente referenciado prevê como primeira finalidade deste crime, a exploração sexual, sendo que no entanto pelo mundo são avultados os números também de situações de trabalho forçado e extracção de órgãos humanos.

#### **2.3.1. Exploração sexual**

As vítimas de exploração sexual na sua maioria são abordadas por pessoas conhecidas, com promessas de emprego, bons salários, estudos, casamento, sem se aperceberem dos riscos que correm. Quando chegadas aos destinos, são-lhes confiscados os passaportes e obrigadas a trabalhar no negócio da prostituição e quando pretendem sair da rede são obrigadas a pagar avultadas dívidas que os seus angariadores dizem corresponder às viagens, alimentação, estadia, sendo-lhes dito que apenas quando as dívidas estiverem saldadas serão liberadas. Este facto nunca chega a acontecer, porquanto às vítimas são apresentadas despesas que elas por não receberem qualquer salário nunca conseguem pagar e libertar-se desta situação. São em regra mulheres que desconhecem os direitos que podem ter no país estrangeiro para onde foram levadas e muitas vezes desconhecem a própria língua. Vivem com receio da violência ficando vulneráveis acabando por serem abusadas como escravas modernas. (LEAL, 2002:54)

Alguns estudos elaborados em Portugal sobre a Exploração Sexual de Mulheres revelam que os angariadores na sua maioria são pessoas conhecidas das vítimas (amigas, namorados, até familiares) que tendo conhecimento das suas situações de vida precárias convidam a viagens para o estrangeiro para trabalhar e quando as mesmas referem que não têm dinheiro para bilhetes de passagem ou para passaportes, tudo lhes é oferecido. Apercebendo-se do reverso da moeda apenas quando chegam aos países de destino.

Algumas das vítimas têm conhecimento de que o emprego que as espera é no sector da prostituição e concordam com isso no entanto nunca chegam a ver o dinheiro da venda do seu corpo, sendo este dinheiro açambarcado pelos traficantes que as obrigam muitas vezes à prática da prostituição mais de 14 ou 16 horas por dia, 365 dias por ano, não se compadecendo com situações de doença que possam afectar as vítimas ou a outras situações que fazem parte da vida íntima das mulheres.

Podemos considerar estas situações mesmo que numa primeira fase consentidas, como crime atendendo a todo o tipo de maus-tratos, privações, ameaças e sequestros a que estão sujeitas.

Perante as autoridades e a sociedade em geral estas vítimas sofrem ainda o preconceito que as impede serem vistas como pessoas, levando a que receiem pedir auxílio.

De acordo com o “Relatório Global sobre o Tráfico de Pessoas” do UNODC<sup>27</sup>, a exploração sexual é a finalidade mais comum do tráfico de pessoas perpetrado em todo o Mundo, atingindo quase 80% do total de vítimas. Ainda segundo o mesmo relatório, de todo o dinheiro movimentado com o tráfico de pessoas no mundo cerca de 85% provém da exploração sexual.

### **2.3.2. Exploração no Trabalho (Trabalho forçado)**

O Protocolo de Palermo no seu artº 3º, a), refere que *“a expressão “tráfico de pessoas” significa (...) o trabalho ou serviço forçados, escravatura ou práticas similares a escravatura, a servidão (...)”*.

Para além de estas práticas estarem referidas no mencionado Protocolo como constituindo tráfico de pessoas, também estão previstas em vários tratados internacionais como sendo práticas violadoras dos direitos humanos.

O trabalho forçado engloba todo o tipo de trabalho que possa ser exigido a alguém, sob ameaça de sanção quando o mesmo não se tenha oferecido espontaneamente para o realizar. Estamos aqui perante uma situação que prevê a existência de uma imposição por parte do ofensor e de uma execução involuntária por parte da vítima mediante ameaça de sanção que se pode consubstanciar em violência, confinamento, ameaça de morte ao trabalhador e seus familiares, confiscação de documentos pessoais, podendo assumir natureza psicológica ou financeira. (SALES, 2008:67).

A escravatura reflecte uma forma específica de trabalho forçado consistindo no *“(...) estado ou a condição do indivíduo sobre o qual se exercem todos ou parte dos poderes atribuídos*

---

<sup>27</sup> United Nations Office on Drugs and Crime

*ao direito de propriedade (...)*”<sup>28</sup> Desta forma esta situação de dominação sobre o outro torna-se permanente transferindo-se inclusive para a descendência.

De acordo com a Convenção Suplementar sobre a Abolição da Escravatura, a servidão é uma prática análoga à escravidão, podendo ser caracterizada por diferentes actividades, dentre elas,

*“(...) a condição de qualquer um que seja obrigado pela lei, pelo costume ou por um acordo, a viver e trabalhar numa terra pertencente a outra pessoa e a fornecer a essa outra pessoa, contra remuneração ou gratuitamente, determinados serviços, sem poder mudar a sua condição” ou “toda a instituição ou prática em virtude da qual uma mulher é, sem que tenha direito de recusa prometida ou dada em casamento, mediante remuneração em dinheiro ou espécie entregue a seus pais, tutor, família ou a qualquer outra pessoa ou grupo de pessoas.”*<sup>29</sup>

A Organização Internacional do Trabalho no seu Relatório Global de 2005 sobre o trabalho forçado, indica que *“(...) o endividamento induzido é um poderoso meio de coerção, reforçado por ameaças de violência ou de castigos contra trabalhadores vítimas do trabalho forçado ou suas famílias.”*<sup>30</sup>

O mesmo relatório refere ainda que *“(...) a precariedade da situação legal de milhões de migrantes, mulheres e homens, torna-os particularmente vulneráveis à coacção, tendo em vista a ameaça adicional e sempre presente de denúncia às autoridades.”*

As organizações internacionais que se debruçam sobre esta problemática analisam-na tendo em conta as opções dadas aos trabalhadores na ocasião em que decidem trabalhar. Se ao trabalhador é dada apenas uma opção de trabalho em situações precárias equivale a dizer que não há opção pelo que não pode ser englobado o consentimento por parte da vítima. O Protocolo de Palermo ressalva esta parte ao prever que o tráfico de pessoas subsiste ainda que a vítima tenha consentido.

---

<sup>28</sup> Convenção sobre a Escravatura, de 25/09/26, emendada pelo protocolo das Nações Unidas em Nova Iorque em 07/12/53.

<sup>29</sup> Convenção Suplementar sobre a Abolição da Escravatura, do Tráfico de Escravos e das Instituições e Práticas Análogas à Escravatura, adoptada em Genebra em 07/09/56.

<sup>30</sup> “Uma aliança Global contra o trabalho forçado” – Relatório Global do seguimento da Declaração da OIT sobre Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho, Brasília, 2005.



### **2.3.3. O Tráfico para Remoção de Órgãos**

O Protocolo de Palermo refere que a terceira finalidade do tráfico de pessoas no Mundo é a remoção de órgãos humanos para a sua comercialização. Este tipo de tráfico tem como principal factor contributivo, a insuficiência das doações em relação ao largo número de pessoas que necessitam de transplantes por todo o Mundo.

A insuficiência de doações dá origem a longas filas de espera que muitas pessoas com poder económico e com necessidades urgente não querem compor pelo que tentam adquirir os órgãos no denominado mercado negro.

As vítimas são captadas de várias formas, podendo ser aliciadas com altos valores monetários para a sua condição económica precária na maioria das vezes, disponibilizando-se a doar um dos seus órgãos ou através do sequestro e morte dos doadores.

Os organismos internacionais como o UNODC<sup>31</sup>, relatam através dos seus relatórios anuais, denúncias de tráfico para remoção de órgãos detectadas na Europa, Oriente Médio e no Sul da Ásia, no entanto estes números não são fidedignos e em regra são englobados em outras formas de tráfico. A ausência de denúncias dificulta bastante a investigação deste flagelo.

## **2.4. Breve abordagem sobre as vítimas de tráfico**

### **2.4.1. As Mulheres**

Como vimos anteriormente o número de mulheres pelo Mundo vítimas de tráfico ultrapassa em muito o dos homens e até crianças.

As mulheres através dos tempos e por uma questão cultural e de dependência de género estiveram quase sempre dependentes financeiramente e emocionalmente dos homens.

O movimento feminista surgido na década de trinta do século passado veio de certa forma alterar esta subalternização no entanto, o género masculino continua a ter o poder na maioria dos estados, relegando em muitos deles a mulher para segundo plano.

---

<sup>31</sup> United Nations Office on Drugs and Crime

Todos estes factos ao longo dos séculos fizeram que haja uma predisposição para a exploração da mulher, quer seja no emprego onde pelo mesmo trabalho auferem salários mais baixos, quer seja em casa com a responsabilidade das tarefas do lar aliadas muitas vezes a um emprego no exterior quer seja por se tornarem objecto de prazer.

Por todo o Mundo a exploração das mulheres é notória e quando falamos de tráfico as mulheres são vítimas de todo o tipo de tráfico sendo o mais usual a exploração sexual, no entanto existem relatos de trabalho forçado, servidão e escravatura.

Os bordéis de Amesterdão estão repletos de mulheres que em grande parte são exploradas sexualmente, oriundas de países de África e do Leste Europeu e que por estar a prostituição legalizada raramente esses mesmos bordéis são sujeitos a fiscalização das condições em que as mesmas se encontram.

No sul da Europa não é raro encontrarem-se jovens oriundas do Brasil e dos países latino-americanos para ali atraídas com promessas de emprego em agências de modelos ou como trabalhadoras de bares, restaurantes e hotéis e que apenas são detectadas quando os serviços de estrangeiros daqueles países realizam operações de fiscalização em que se deparam com as mesmas sem possuírem passaportes e investigados os casos chega-se à triste conclusão de serem vítimas de tráfico, embora elas por receio de violência contra as respectivas famílias neguem muitas vezes essa situação.

Na Índia, jovens mulheres são vendidas pelos próprios familiares para casamentos com idosos abastados, sujeitando-se a uma vida de abuso sexual contrariado. São empregues em trabalhos cujas condições são as mais precárias e sujeitam-se a todo o tipo de sevícias em troca de míseros tostões.

#### **2.4.2. As Crianças**

O Protocolo das Nações Unidas para Prevenir, Suprimir e punir o Tráfico de pessoas Especialmente Mulheres e Crianças, faz referência especial sobre os dois elementos principais do tráfico de crianças, como se segue:

O recrutamento, transporte, transferência, alojamento ou acolhimento de uma criança para fins de exploração devem ser considerados “tráfico de pessoas” mesmo que isto não envolva ameaça ou uso de força, outras formas de coerção, rapto, fraude, etc.

Entendendo como sendo “criança”, qualquer pessoa com idade inferior a dezoito anos.

Sob este quadro internacional, o tráfico de crianças é um crime que envolve apenas dois elementos: **o acto** e o **propósito**.

O artigo 3º, alínea c) do Protocolo das Nações Unidas para Prevenir, Suprimir e punir o Tráfico de pessoas Especialmente Mulheres e Crianças, levanta a questão do consentimento em relação às crianças vítimas. Refere que *“O recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou acolhimento de uma criança para fins de exploração serão considerados “tráfico de pessoas” mesmo que não envolvam nenhum dos meios referidos na alínea a) do presente artigo.”*

Na definição de tráfico ***no caso de crianças o consentimento é irrelevante***, atendendo a que uma criança não pode voluntariamente fazer parte de um acordo que resultou no tráfico, mesmo que os seus pais possam ter dado o seu consentimento.

Não existem estimativas exactas do número de crianças traficadas actualmente. No entanto, uma estimativa sugere que 50% das vítimas de tráfico a nível internacional, são crianças<sup>32</sup>.

Por todo o planeta assistimos ao uso de crianças nos conflitos armados onde de forma violenta são recrutadas/raptadas crianças. Assistimos também ao casamento forçado de jovens raparigas traficadas como noivas em muitas situações de pobreza extrema, que são muitas vezes vistas pelos familiares como um fardo económico sendo o seu casamento com homens mais velhos encarados como uma forma de sobrevivência da própria família.

A adopção ilegal, aumenta a procura de criança o que contribui para o aumento exponencial do tráfico de bebés e crianças pequenas que em alguns casos por falta de controlo das autoridades competentes são roubados os recém-nascidos e dizendo-se às mães que tiveram nados-mortos.

---

<sup>32</sup> Manual de Combate ao Tráfico de Seres Humanos para Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei em Angola, OIM, 2012, pág. 8

Na área do desporto em alguns países algumas crianças, principalmente rapazes são traficadas para serem jóqueis de camelos. Por ser uma indústria lucrativa as crianças são procuradas para este fim devido ao seu tamanho reduzido. Esta prática desportiva de corridas de camelos é extremamente perigosa e pode causar lesões graves e até a morte. As crianças que perdem corridas são brutalizadas pelos seus exploradores, ficando sem salário, sem comida e são-lhes infligidos abusos físicos e psicológicos.

No que se refere à exploração laboral, as crianças podem ser traficadas para trabalhar em plantações, em minas ou em outras condições perigosas, como no manuseamento de produtos químicos e pesticidas ou no trabalho com máquinas perigosas, colocando muitas vezes a sua integridade física e a vida em risco.

No que toca à exploração sexual de crianças em regra do sexo feminino, esta é feita através do tráfico para trabalho em bordéis, salões de massagens, casas de prostituição ou clubes de striptease, ou utilizadas na produção de matérias pornográficas.

A mendicidade é outra das situações que envolve crianças, podendo as mesmas ser recrutadas e traficadas para ganharem dinheiro para terceiros, através da mendicidade ou venda de artigos nas ruas. Em alguns casos, as crianças que mendigam são mutiladas pelos seus captores para causarem compaixão e conseguirem assim mais dinheiro.

A utilização de crianças no tráfico de órgãos é explicitamente proibida com base no Protocolo de Palermo. No entanto esta prática hedionda é impossível de controlar ou detectar, sendo denunciada apenas em alguns casos.

### **2.4.3. Os Homens**

Muitas vezes parece-nos impossível imaginar que homens possam ser traficados atendendo a que não representam um elemento frágil na sociedade o que leva a não pensarmos neles como potenciais vítimas no entanto existem cada vez mais homens traficados especialmente para trabalho forçado, escravatura ou servidão.

Por todo o Mundo existem relatos de homens que na procura de trabalho para poderem sustentar as suas famílias são iludidos saindo muitas vezes do seu país, chegando a países dos

quais desconhecem o idioma e passando a viver em condições desumanas, com salários inexistentes ou muito mais baixos do que aqueles que lhes haviam sido prometidos.

A crise económica na Europa veio despoletar cada vez mais esta problemática, estando o Sul da Europa, nomeadamente Espanha e Portugal com inúmeros imigrantes clandestinos oriundos de África e dos países de Leste, muitas vezes recrutados por contrabandistas seus, em condições desumanas.

Por seu turno cidadãos espanhóis e portugueses são aliciados para destinos como a Suíça e Alemanha, vindo-se a deparar precisamente com situações idênticas às dos primeiros.

## **2.5. Factores de vulnerabilidade das vítimas**

São vários os factores que tornam uma pessoa vulnerável ao Tráfico de Pessoas. A pobreza extrema, a violência baseada no género, as catástrofes naturais, o conflito armado e a condição de imigrante pode dar origem a que algumas pessoas sem se darem conta sejam vitimizadas.

É importante termos em consideração que a exploração das pessoas traficadas frequentemente acontece em circunstâncias que englobam formas de actividade económica que são ilegais ou informais, sectores económicos mal regulados, ajustamentos familiares entre outros.

## **2.6. Como identificar casos de Tráfico de Seres Humanos**

A primeira coisa a saber é que a identificação das vítimas não é fácil. A identificação exacta de uma potencial vítima de tráfico é uma das mais difíceis tarefas com que se deparam os agentes de autoridade na luta contra tráfico de pessoas.

A identificação é difícil por várias razões:

- ✓ As vítimas podem não falar a língua local muitas vezes, os agentes responsáveis pela aplicação da lei não são capazes de comunicar com as vítimas por causa desta barreira linguística;

- ✓ Algumas pessoas traficadas nem conhecimento têm de que são vítimas atendendo a que muitas vezes são recrutadas para trabalhos e desconhecem os seus direitos. As pessoas traficadas assinam, em alguns casos, contratos escritos em que se comprometem a pagar aos traficantes/recrutadores os custos da sua viagem, alojamento e alimentação, a partir do momento em que comecem a ganhar dinheiro no país estrangeiro. Outras vezes acreditam que as coisas podem vir a melhorar e porque na sua consciência o contrato assinado é válido não o pretendem quebrar. Muitas vezes elas têm tendência a culparem-se pela situação em vez de se considerarem de vítimas. Uma pessoa traficada também pode acreditar que as coisas vão melhorar e portanto recusar ser assistida ou até a pedir ajuda.
- ✓ As vítimas tendem a não confiar nas pessoas, especialmente na polícia. Pessoas traficadas têm medo do contacto com a polícia e outras autoridades públicas, porque elas foram informadas pelos seus traficantes que se entrarem em contacto com a polícia, elas serão punidas por crimes, presas e deportadas. Elas também temem que a polícia ou outras autoridades sejam corruptas e as possam devolver aos seus traficantes. O medo e falta de confiança nas pessoas e nas autoridades pode levar algumas vítimas a dar informações falsas e desconfiarem de pessoas que se oferecem para ajudar;
- ✓ As vítimas temem os seus traficantes. Os traficantes ameaçam e condicionam as suas vítimas pois são ameaçadas muitas vezes com a morte da própria família. No entanto pode acontecer que as vítimas desenvolvam uma certa lealdade e até sentimentos positivos em relação aos seus traficantes como forma de lidar com eles sem serem agredidas ou estratégia de sobrevivência protegendo-os por vezes das autoridades. O medo do seu traficante ou uma lealdade para com o traficante pode fazer as vítimas não quererem admitir que são traficadas ou denunciar aqueles que as traficaram às autoridades.

## **2.7. Indicadores para identificação de vítimas**

De acordo com o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras de Portugal, apesar da dificuldade na identificação das vítimas, há alguns indicadores e técnicas de entrevistas a fim de identificar adequadamente as vítimas de tráfico.

O processo de identificação começa por considerar as circunstâncias de cada caso, antes de fazer à vítima ou possíveis vítimas quaisquer perguntas específicas relacionadas ao tráfico. Devemos ter em conta que os indicadores listados abaixo se destinam a auxiliar no processo de avaliação global; por isso, existem excepções dependendo da situação. Circunstâncias locais ou experiências podem indicar a necessidade de indicadores suplementares ou uma adaptação dos indicadores.

Os seguintes indicadores devem ser avaliados:

✓ **Idade** – quanto mais idade o indivíduo tiver, geralmente, é menos provável que o caso envolva tráfico. A exploração sexual ainda é o motivo principal para tráfico e os traficantes normalmente não traficam vítimas de meia-idade nem idosos, devido à pouca procura desta faixa etária. A mesma regra geral pode ser aplicada a respeito de exploração laboral porque quanto mais idade a pessoa tem, geralmente é considerada como menos produtiva;

Por outro lado, quanto mais novo for o indivíduo, é mais provável que o caso envolva tráfico. O número de menores atraídos para a criminalidade aumenta de ano para ano e são particularmente vulneráveis porque podem ser explorados de várias formas: nas actividades relacionadas com o sexo, mercados de trabalhos ilegais, como domésticos “escravos” e para traficar os seus órgãos;

✓ **Sexo** – tráfico sexual afecta predominantemente mulheres e meninas porque a prostituição heterossexual continua a ser a forma mais lucrativa de exploração. O tráfico masculino para fins de prostituição, especialmente transexuais, adolescentes e rapazes mais jovens começa a aumentar e não devem ser excluídos. No que diz respeito ao tráfico relacionado a exploração laboral, servidão ou remoção de órgãos onde o impacto masculino e feminino é muito menos discriminatório, o sexo não é um indicador forte;

✓ **Etnia/nacionalidade** – a cadeia de fornecimento de vítimas baseia-se na exploração de uma combinação de factores incluindo pobreza, discriminação e falta de oportunidades e é menos provável que uma vítima genuína provenha de um país industrializado. No entanto, é possível que determinadas minorias étnicas possam ser vulneráveis/alvo de tráfico. Os factores de “atração” desempenham um papel importante nos padrões local e regional, ou seja da zona rural para a cidade;

- ✓ **Documentação** – dependendo das circunstâncias regionais e geográficas, a identidade e documentação de viagem geralmente são apreendidas às vítimas de tráfico por parte dos traficantes, como parte dos mecanismos de controlo dos traficantes e as vítimas genuínas não estão normalmente em posse dos mesmos, embora a mesma observação não possa ser feita com a mesma precisão em relação à maioria dos requerentes de asilo e em alguns casos de contrabando de migrantes;
- ✓ **Última localização** – o local, onde a vítima foi encontrada antes da sua identificação, será sempre importante: um bordel, uma agência de acompanhamento, um clube de dança do ventre, restaurante ou zonas agrícolas são todos indicadores de exploração;
- ✓ **Sinais/evidência de abusos** – quaisquer sinais de lesão física podem ser um indicador positivo de tráfico; às vezes as vítimas são submetidas a abusos pelos seus traficantes e clientes, que não é geralmente um factor em casos de contrabando. A chave de qualquer decisão a este respeito é a questão da continuação do abuso depois da chegada no local designado.

Para além dos indicadores referidos acima existem outros indicadores que revelam a possibilidade de podermos estar perante uma vítima de tráfico (Quadro nº 1)

Assim quem possa estar atento a alguns dos indicadores abaixo descritos, no Quadro nº 1, consegue ficar alertado para esta problemática e até quiçá alertar as autoridades para tal.

Podemos destacar de entre os indicadores físicos, a má nutrição, os sinais de abuso físico (nódoas negras, marcas de correntes nos pulsos ou pernas), nas crianças o uso de roupas inadequadas (frescas no inverno, sandálias em época de frio). Ao nível dos indicadores emocionais podemos destacar a ansiedade, confusão (não saber onde está ou confundir pessoas), medo (evitar as pessoas com receio), os comportamentais mais detectáveis se houver a possibilidade de falar com as potenciais vítimas, em que elas alteram as histórias que contam por medo, são evasivas, são submissas, não saberem o idioma do país onde se encontram.



**Quadro nº 1 – Indicadores de vitimação de tráfico de pessoas**

<b>Físicos</b>	<b>Emocionais</b>	<b>Comportamentais</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aparência de exaustão extrema</li> <li>• Descoloração da pele;</li> <li>• Má nutrição;</li> <li>• Aparência geral de saúde débil</li> <li>• Sinais de abuso físico</li> <li>• Queixas de dores físicas relacionadas com o stress</li> <li>• Queixas de problemas ginecológicos;</li> <li>• Ausência de expressão na face ou ausência de emoção;</li> <li>• Falta de higiene</li> <li>• Ser viciada/o em álcool ou drogas</li> <li>• Queixas de dificuldade em dormir adequadamente;</li> <li>• Roupa inapropriada, nas crianças, atendendo à época</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sentir medo;</li> <li>• Sentir vergonha;</li> <li>• Incerteza;</li> <li>• Ansiosa/o;</li> <li>• Nervosa/o;</li> <li>• Preocupada/o;</li> <li>• Deprimida/o;</li> <li>• Confusa/o;</li> <li>• Sentir culpa;</li> <li>• Baixa auto-estima</li> <li>• Ausência de amor-próprio;</li> <li>• Sentir nojo de si mesma/o;</li> <li>• Pensamentos suicidas;</li> <li>• Stress pós-traumático;</li> <li>• Sentir dormência (apatia) ou desapego (das pessoas, situações);</li> <li>• Evitar de sentimentos;</li> <li>• Sentir fúria.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ser evasiva/o;</li> <li>• Alterar a história;</li> <li>• Ser incapaz de tomar decisões;</li> <li>• Mostrar ansiedade, nervosismo;</li> <li>• Negar, minimizar ou validar a situação;</li> <li>• Mostrar falta de iniciativa;</li> <li>• Revelar comportamento submisso;</li> <li>• Ter relutância em falar ou discordar;</li> <li>• Demonstrar uma atitude de aventura ou comportamento experimental;</li> <li>• Busca da validação constante pelo que uma pessoa sente ou pensa;</li> <li>• Revelar medo;</li> <li>• Mostrar sinais de ser controlada/o (alguém acompanha-a/o e responde em seu nome, chamadas constantes, necessidade de dar satisfações a alguém);</li> <li>• Exibir uma relação emocional com o/a explorador/a ou empregador/a (promessa de casamento, demonstração de amor);</li> <li>• Ter números de pessoas que desconhece;</li> <li>• Não conhecer a língua.</li> </ul>

Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras de Portugal

## **2.8. Locais prováveis de permanência de vítimas de Tráfico de Seres Humanos**

As vítimas de tráfico sexual são frequentemente encontradas nas ruas ou em estabelecimentos que oferecem actos comerciais de sexo, isto é bordéis, striptease, casas de produção de pornografia. Tais estabelecimentos podem operar sob a pretexto de casas de massagens, serviços de acompanhamento, livrarias para adultos, estúdios de fotografia, bares/clubes de striptease.

As vítimas de tráfico para fins de exploração laboral podem ser encontradas, em lojas, locais comerciais e agrícolas (campos, fábricas de processamento, fábricas de conservas), em casas particulares (empregadas domésticas), locais de construção (particularmente se o acesso público é negado).

## **2.9. Enquadramento jurídico internacional e nacional do Tráfico de Seres Humanos**

A nível internacional podemos afirmar que a iniciativa de combate ao Tráfico de Seres Humanos assumiu particular expressão com a Convenção Europeia dos Direitos Humanos, assinado em Roma a 4 de Novembro de 1950, onde o Tráfico de Pessoas integrou a agenda do conselho da Europa.

Com a Convenção foram aprovadas várias recomendações relacionadas com o tema, no entanto a própria definição de tráfico de seres humanos foi desde logo geradora de uma certa controvérsia.

Actualmente podemos encontrar a definição de Tráfico de Seres Humanos nos instrumentos legislativos das Nações Unidas que se debruçam sobre o tema. Estes instrumentos são “*O Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra a Criminalidade Organizada Transnacional relativo à Prevenção, Repressão e Punição do tráfico de pessoas, em especial de mulheres e crianças*” e o “*Protocolo contra o Tráfico Ilícito de Migrantes por via Terrestre, Marítima e Aérea*”. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) tem vindo a assumir também alguma posição relativamente à temática<sup>33</sup>.

No momento Angola não possui legislação própria para combater este flagelo apesar de ser um país de possível origem do tráfico. O Código Penal Angolano, aprovado a 1 de Julho de 2008 pela Assembleia Nacional, não prevê o tráfico como crime no entanto os vários actos que propiciam esta prática podem ser punidos de forma autónoma pelo referido código desde que preencham um tipo legal de crime.

---

<sup>33</sup> Através da Convenção nº 29 de 28 de Junho de 1930, relativa ao trabalho forçado; da Convenção nº 105, sobre a abolição do trabalho forçado, de 21 de Julho de 1957; através da Convenção nº 143 de 24 de Junho de 1975, sobre as migrações em condições abusivas e a promoção de igualdade de oportunidades e de tratamento dos trabalhadores migrantes.

De acordo com a definição dada pelo artº 3º do Protocolo contra o Tráfico de Pessoas, “*O Tráfico de Pessoas significa o recrutamento (...), recorrendo à **ameaça** ou ao uso da **força** ou de outras formas de **coacção**, (...), à **fraude**, ao **engano**, ao **abuso de autoridade**, **entrega de pagamento ou benefícios** para obter o consentimento (...) para fins de exploração.*”

Assim e de acordo com o excerto transcrito no parágrafo anterior, visualizamos uma série de elementos que têm correspondência no Código Penal Angolano, permitindo desta forma que a serem verificadas situações que reúnam os elementos a negrito, poderão essas acções ser punidas se atendermos à correspondência constante do Quadro nº 2.

**Quadro nº2 – Correspondência da legislação Penal Angolana com os elementos constitutivos do tráfico de pessoas**

Elementos do tráfico	Artº Correspondente no C.P. Angolano	Sanções
Ameaça	Artº 379.º - Ameaças	Prisão até três meses e multa até um mês
Força	Artº 342.º - Subtracção violenta ou fraudulenta de menor de 7 anos	Prisão de 2 a 8 anos. Se a violação for de menor de 12 anos, a pena de prisão será de 8 a 12 anos.
	Artº 359.º - Ofensas corporais voluntárias simples	
	Artº 393.º e 394.º - Violação	
	Artº 395.º - Rapto violento ou fraudulento	
Coacção	Artº 329.º - Coacção física	Prisão de um mês a 1 ano
Abdução	Artº 360.º e 362.º - Ofensas corporais	Prisão de 6 meses a 8 anos.
Fraude	Artº 342.º - Subtracção violenta ou fraudulenta de menor de 7 anos	Prisão de 2 a 8 anos.
	Artº 451.º - Burla por defraudação	Prisão de 6 meses a 12 anos.
	Artº 216.º - Falsificação de documentos	Prisão de 2 a 8 anos.
Engano	Artº 454.º - Abusos sobre incapazes	Prisão de 3 dias a 2 anos e multa correspondente
	Artº 343.º - Constrangimento de menor a abandonar a casa do país/ tutores	Pena de prisão até 2 anos.
Abuso de poder	Artºs. 291.º, 304.º e 315.º - Imposição arbitrária de contribuições	Prisão de 3 meses a 2 anos, assim como pena de demissão ou suspensão de 1 a 3 anos e multa correspondente.
	Artº 314.º - Concussão	Prisão de 16 a 20 anos.
Entrega de pagamentos ou benefícios	Artº 317.º - Aceitação de interesse particular por empregado público	Prisão de 1 a 2 anos e multa correspondente
Lenocínio	Artº 405.º - Lenocínio	Prisão de 1 a 2 anos e multa.
	Artº 113.º Lei n.º 2/07 de Imigração Promoção e auxílio à entrada ilegal	Prisão de 2 a 8 anos.

Fonte: Direcção Nacional de Investigação Criminal da Polícia Nacional/DNIC

O referido quadro fornecido pela Direcção Nacional de Investigação Criminal é bem elucidativo da correspondência indicando as penas que podem advir da prática, no entanto torna-se preocupante o facto de haver um vazio legislativo no ordenamento jurídico angolano.

## **2.10. Recolha, apresentação e análise dos dados**

Esta pesquisa tem por objecto o estudo do Tráfico de Seres Humanos. Pretendemos dar a conhecer toda a problemática que envolve o tema, atendendo a que é um assunto ainda pouco estudado em Angola. Pretendemos diagnosticar também o conhecimento que os Agentes e Subchefes que frequentam o curso de Oficiais no Instituto Superior de Ciências Policiais e Criminais como pessoas que têm por missão a prevenção e combate deste fenómeno têm do tema.

A percepção de que, a problemática mundial do tráfico humano ainda é pouco conhecida em Angola, mesmo por parte das autoridades/forças de segurança que combatem tal flagelo, levou-nos como se referiu à recolha e tratamento de dados recolhidos através de um questionário a alunos do Instituto Superior de Ciências Policiais e Criminais de Angola em ordem a perspectivar uma eventual inclusão desta problemática na formação policial e conjuntamente definir formas de difundir medidas preventivas para toda a população permitindo uma maior informação sobre este fenómeno por forma a diminuir a sua propagação e combater o mesmo.

Antecedemos à aplicação do questionário, de um questionário exploratório que permitiu a recolha de elementos de interesse para a elaboração do questionário final. Este questionário exploratório permitiu-nos verificar que havia questões cuja análise seria interessante e que não constavam do mesmo, assim como permitiu a exclusão e/ou modificação de outras.

Dada a premência de tempo<sup>34</sup> por se aproximar a época de exames seguida de férias escolares, procedeu-se à recolha e tratamento de uma amostra, que se teve por suficiente e representativa do universo em estudo. Assim dos cerca de 700 alunos, 24 turmas, dos três primeiros anos do curso em análise, foi aplicado o questionário a 195 alunos 6 (seis) turmas. Este questionário não foi obrigatório por parte dos alunos, tendo respondido ao mesmo apenas aqueles que se voluntariaram depois de conhecerem o propósito da sua aplicação. Destes 195 (cento e noventa e cinco), 72 (setenta e dois) frequentam o 1º Curso que iniciou em Março, 56 (cinquenta e

---

<sup>34</sup> Início de Abril de 2014

seis) frequentam o 2º ano e 65 (sessenta e cinco) frequentam o 3º ano.

Procedemos de seguida à apresentação dos dados obtidos através da utilização dos instrumentos de recolha de dados, referidos no capítulo anterior.

Iniciamos com uma análise descritiva dos dados respeitantes, em primeiro lugar, às/aos estudantes do Instituto Superior de Ciências Policiais e Criminais em Luanda-Angola, seguida da apresentação do resultado do cruzamento de algumas variáveis que obtiveram um resultado significativo para a nossa pesquisa.

Da população estudada (195), vinte são do sexo feminino, representando cerca de 10% do total. A população estudada é composta na sua maioria por homens, cerca de 90%. Cento e cinquenta (150) dos estudantes em estudo têm idades compreendidas entre os 24 e os 29 anos. Treze estudantes do total têm idades entre os 30 e 35 anos e apenas 11 têm idades acima dos 35 anos. Todas as mulheres se encontram na faixa etária entre os 24 e os 29 anos (Quadro nº 3).

**Quadro nº 3 – Distribuição dos estudantes por ano de curso / género e grupo etário (n=195)**

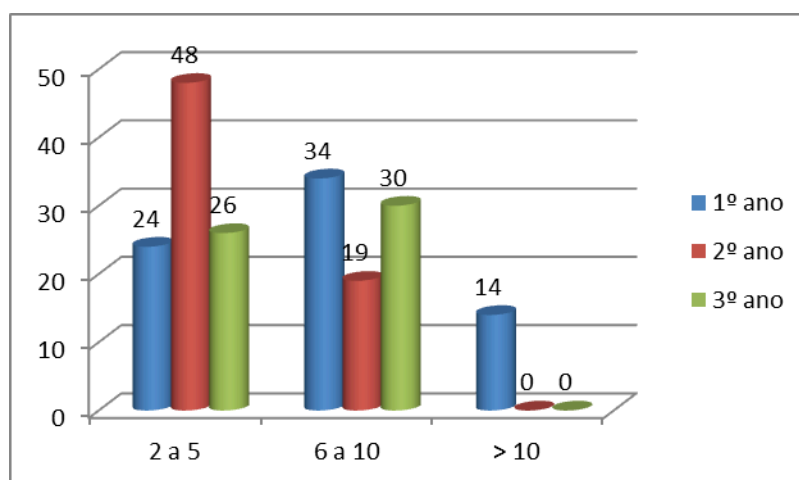
1º ano					
idade	18-23	24-29	30-35	> 35	total
homens	6	35	13	11	65
mulheres	0	7	0	0	7
total	6	42	13	11	72
2º ano					
idade	18-23	24-29	30-35	> 35	total
homens	0	45	15	0	60
mulheres	0	7	0	0	7
total	0	52	15	0	67
3º ano					
idade	18-23	24-29	30-35	> 35	total
homens	0	50	0	0	50
mulheres	0	6	0	0	6
total	0	56	0	0	56

Através da análise do Quadro nº 4 conseguimos constatar que a maioria dos estudantes da amostra (98) está na Polícia Nacional há menos de 6 anos. Apenas catorze estudantes estão na Polícia Nacional há mais de 10 anos.

**Quadro nº4 – Distribuição dos estudantes por ano / nº de anos na Polícia Nacional (n=195)**

	<b>1º ano</b>			
nº anos PN	2 a 5	6 a 10	> 10	<b>total</b>
	24	34	14	<b>72</b>
	<b>2º ano</b>			
nº anos PN	2 a 5	6 a 10	> 10	<b>total</b>
	48	19	0	<b>67</b>
	<b>3º ano</b>			
Nº anos PN	2 a 5	6 a 10	> 10	<b>total</b>
	26	30	0	<b>56</b>
<b>total</b>	<b>98</b>	<b>83</b>	<b>14</b>	<b>195</b>

**Gráfico nº 1 – Distribuição dos estudantes por ano de curso e anos na PN (n=195)**



Quando colocada a questão sobre se alguma vez tinham ouvido falar sobre o tráfico de seres humanos, a totalidade dos estudantes admitiu já ter ouvido (100%).

**Quadro nº 5 – Já ouviu falar de Tráfico de Seres Humanos (n=195)**

1º ano	
Sim	não
72	0
2º ano	
Sim	não
67	0
3º ano	
Sim	não
56	0

Quando questionados através de que meio tomaram conhecimento desta problemática em estudo, a maioria dos estudantes assinalou vários meios como transmissores da problemática sendo referida a televisão por 113 estudantes. Em segundo plano surge a rádio referida por 95 (noventa e cinco) estudantes e de seguida os jornais. De salientar que apenas em 48 (quarenta e oito) dos 195 estudantes referem ter tido contacto profissional com a problemática. Apenas 31 referem terem frequentado cursos sobre a problemática. Doze estudantes referiram internet, filmes, novelas e a escola. (Quadro nº6)

**Quadro nº 6 - Meio através do qual tomou conhecimento da problemática (n=195)**

	1º ano						
	rádio	televisão	jornais	conversas amigos	contacto profiss.	curso	outro
	36	44	26	22	22	12	5
	2º ano						
	33	43	24	19	22	13	2
	3º ano						
	26	26	18	12	4	6	5
<b>total</b>	<b>95</b>	<b>113</b>	<b>68</b>	<b>53</b>	<b>48</b>	<b>31</b>	<b>12</b>

Na resposta à questão sobre se o Tráfico de Seres Humanos constitui um crime ou não tipificado no Código penal Angolano (CPA), verificamos que apenas 14 estudantes do 1º ano, representando cerca de 19 % dos 72 (setenta e dois) estudantes deste ano inquiridos, consideram como não sendo crime tipificado no Código Penal Angolano. Os dados referentes aos estudantes

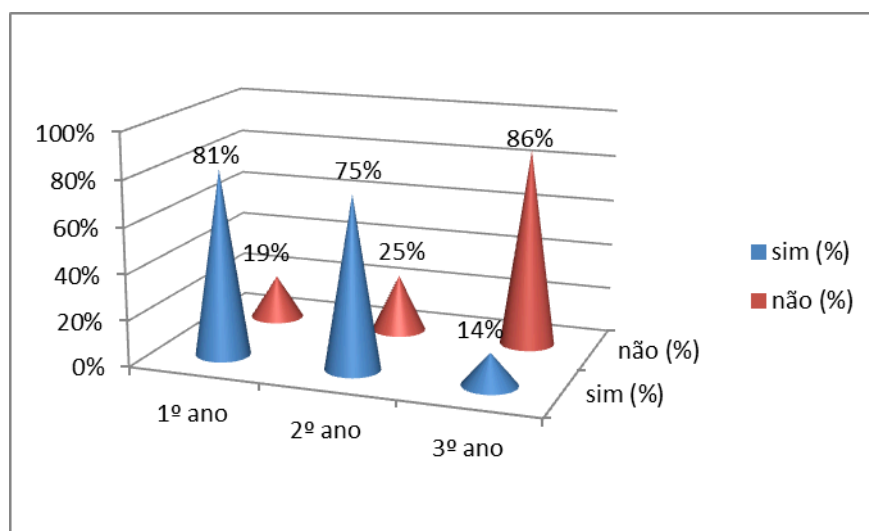
do 2º ano são muito aproximados dos do 1º ano (25 %). No que respeita ao 3º ano cerca de 86% dos estudantes dizem não ser o Tráfico de Seres Humanos um crime tipificado no CPA. (Quadro nº 7).

**Quadro nº 7 – Percepção dos estudantes sobre se o Tráfico de Seres Humanos é ou não crime (n=195)**

1º ano	
Sim	não
58	14
2º ano	
50	17
3º ano	
8	48

Poderemos aqui dizer que estes estudantes do 3º ano, tendo tido no ano anterior a disciplina de Direito Penal no curso, estão mais bem informados que os estudantes dos dois anos anteriores pois na realidade o Tráfico de Seres Humanos não enquadra um tipo específico de crime no CPA mas engloba uma série de acções que constituem crimes em separado, como vimos na parte deste relatório, referente ao enquadramento jurídico internacional e nacional e esquematizado no Quadro nº 2.

**Gráfico 2 – Distribuição dos estudantes quanto à sua percepção sobre se o Tráfico de Seres Humanos é ou não crime (%)**





Na realidade conforme vimos anteriormente neste trabalho, esta problemática não constitui um crime de *per si*, pois não está prevista como tal na legislação nacional, no entanto consubstancia um grande número de crimes previstos dentro do Código Penal Angolano. Neste ponto ficamos sem saber se a percepção demonstrada pelos estudantes inquiridos se deve ao facto de a problemática constar como sendo crime a nível internacional ou se é a sua percepção a nível nacional.

Quando aos estudantes que responderam não ser crime tipificado no CPA lhes foi pedido que indicassem por palavras suas perante que tipo de situação estaríamos atendendo a responderam não na questão anterior, verificamos que nenhum estudantes referiu a multiplicidade de crimes que engloba a situação de tráfico, tendo dado respostas pouco conclusivas, sendo a resposta mais dada a de que estaríamos perante um crime de rapto e/ou sequestro.

Na questão relativa à percepção sobre o tipo de tráfico existente foram colocadas as hipóteses dos vários tipos definidos pelas Nações Unidas (Trabalho Escravo, Exploração Sexual, Remoção de Órgão e todas as situações descritas anteriormente, ou nenhuma das situações descritas, podendo mencionar uma que entendessem).

A maioria dos inquiridos (65 %) indica que existe tráfico de seres humanos para todas as situações descritas anteriormente, o que vai de encontro à realidade a nível mundial. Dois por cento dos inquiridos não englobou em nenhuma das situações mas também não mencionou qualquer outra situação possível para além das descritas. (Quadro nº 8)

**Quadro nº 8 – Tipos de tráfico existentes (n=195)**

	1º ano	2º ano	3º ano	total	%
Trabalho Escravo	8	3	10	21	10
Exploração Sexual	19	5	3	27	14
Obtenção Órgãos	8	7	2	17	9
Todas as anteriores	36	52	38	126	65
Nenhuma das anteriores	1	0	3	4	2
<b>total</b>	72	67	56	195	100 %

Quando inquiridos sobre quem são as vítimas deste flagelo verificamos que quer homens quer mulheres inquiridos, têm uma percepção de que todas as pessoas podem ser vítimas de tráfico no total 150 (cento e cinquenta), correspondendo a 77% do total de inquiridos. Podemos verificar

no entanto que cerca de 14 % dos inquiridos ainda têm a ideia de que apenas são traficadas mulheres e crianças. A grande maioria, como se pode verificar no Quadro nº 10, percepciona que qualquer pessoa pode ser vítima, esta opinião coincide maioritariamente com a realidade do flagelo.

**Quadro nº 9 – Quem são as vítimas de tráfico (n=195)**

	1º ano	2º ano	3º ano	total	%
<b>Homens</b>	2	0	0	2	1
<b>Mulheres</b>	1	1	0	2	1
<b>Crianças</b>	3	1	0	4	2
<b>homens e mulheres</b>	2	4	1	7	4
<b>mulheres e crianças</b>	11	8	9	28	14
<b>qualquer pessoa/qq idade</b>	51	53	46	150	77
<b>não responderam</b>	2	0	0	2	1
<b>Total</b>	72	67	56	195	100

**Quadro nº 10 – Quem são as vítimas de tráfico (%)**

	1º ano	2º ano	3º ano
<b>Homens</b>	3%	0%	0%
<b>Mulheres</b>	2%	1%	0%
<b>Crianças</b>	4%	1%	0%
<b>homens e mulheres</b>	3%	6%	2%
<b>mulheres e crianças</b>	15%	13%	16%
<b>qualquer pessoa</b>	71%	79%	82%
<b>não responderam</b>	2%	0%	0%
	100%	100%	100%

Como já verificamos anteriormente, o tráfico pode ser internacional ou feito dentro das fronteiras de um mesmo país. Esse é o entendimento também da maioria das pessoas inquiridas (Quadro nº 11).

**Quadro nº 11 – Percepção dos inquiridos sobre se o tráfico de pessoas se faz apenas para fora de fronteiras ou não (n=195)**

	1º ano	2º ano	3º ano	total
para fora do país	8	6	3	17
dentro do país	4	3	0	7
dentro e fora do país	60	58	53	171
<b>Total</b>	<b>72</b>	<b>67</b>	<b>56</b>	<b>195</b>

No que respeita ao facto de tentar saber o conhecimento que os inquiridos tinham sobre os traficantes/recrutadores de pessoas que culminam na situação de tráfico, se são pessoas conhecidas ou desconhecidas das pessoas traficadas, a maior parte deu como resposta “pessoas desconhecidas”. Neste ponto os inquiridos afastaram-se muito da realidade pois como vimos na parte teórica deste trabalho, apesar de o recrutamento poder ser feito por conhecidos e desconhecidos, na realidade na sua maioria estas são pessoas que são conhecidas das vítimas o que facilita a angariação com falsos pretextos, precisamente por haver uma relação de confiança.

**Quadro nº 12– Percepção dos inquiridos sobre os traficantes/recrutadores (n=195)**

	n	%
<b>Pessoas Conhecidas</b>	7	4
<b>Pessoas Desconhecidas</b>	98	50
<b>Ambas</b>	90	46
<b>Total</b>	<b>195</b>	<b>100</b>

As duas últimas questões do questionário prendem-se com a opinião dos inquiridos sobre se a formação tida até ao momento dentro da Polícia Nacional é suficiente e sobre se acham que deveria ser dada mais formação dentro da Polícia Nacional sobre este tema.

Verificamos que relativamente à primeira questão e de uma forma bastante expressiva, os inquiridos acham que até ao momento lhes foi ministrada pouca formação sobre esta temática. (Quadro nº 13)

A quase totalidade dos inquiridos entende que a Polícia Nacional deveria dar mais formação nesta área, com apenas um inquirido a responder não num total de 195 (cento e noventa e cinco). (Quadro nº 14)

**Quadro nº 13 – A formação ministrada pela instituição até ao momento sobre o Tráfico de Seres Humanos foi suficiente? (n=195)**

	Não	sim
1º ano	49	23
2º ano	52	15
3º ano	55	1
	156	39

**Quadro nº 14 – Acha que a Polícia Nacional deveria dar mais formação sobre o Tráfico de Seres Humanos? (n=195)**

	não	sim
1º ano	0	72
2º ano	0	67
3º ano	1	55

### **Limitações e perspectivas para outros trabalhos**

A falta de estatísticas policiais que pudessem dar uma imagem mais esclarecedora sobre esta problemática e o facto de as próprias policiares dizerem que eram dados escassos e os que tinham não poderiam fornecer foi desde logo uma limitação. Desta forma e porque este é um tema que nos fascina, decidimos por estudar o tráfico de seres humanos de uma forma mais abrangente, procurando dar a conhecer teoricamente a problemática, para além de procurar através de um questionário identificar se as pessoas, nomeadamente os elementos policiais, conheciam o tema e que conhecimentos tinham das particularidades do mesmo.

Deparamo-nos desde logo com uma limitação que é a pouca bibliografia encontrada, socorrendo-nos de folhetos, manuais de informação de ONG's, Protocolos e Convenções Internacionais pesquisadas através da internet, para o enquadramento teórico do trabalho.

Outra das limitações encontradas prende-se com a falta de interesse das pessoas abordadas para responderem ao questionário.

## **Conclusões**

O Tráfico de Seres Humanos (TSH) é uma prática criminosa e que continua a crescer a nível internacional por envolver grandes ganhos financeiros para quem a pratica.

A Declaração Universal dos Direitos do Homem refere no seu artº 1º “ (...) *todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos.*”, no entanto a ganância, a falta de carácter, o egoísmo têm levado a que através dos tempos seres humanos subjuguem outros seres humanos, tirando-lhes a dignidade e os direitos que a DUDH preconizam.

A definição de Tráfico de Seres Humanos existe nos instrumentos legislativos das Nações Unidas que se debruçam sobre o tema, são eles “*O Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra a Criminalidade Organizada Transnacional relativo à Prevenção, Repressão e Punição do tráfico de pessoas, em especial de mulheres e crianças*” e o “*Protocolo contra o Tráfico Ilícito de Migrantes por via Terrestre, Marítima e Aérea*”.

Desta maneira concluímos que:

1. Apesar de a nível internacional o Tráfico de Seres Humanos (tráfico de pessoas) ser criminalizado e sancionado como tal, em Angola as práticas que possam corresponder a este crime na legislação internacional, são punidas separadamente como vimos na parte teórica deste trabalho o que limita a aplicação da lei levando a que a mesma possa não ser aplicada correctamente.
2. Os agentes e subchefes da PN que frequentam o curso de oficiais no ISPCP inquiridos mostram ter conhecimento sobre o Tráfico de Seres Humanos tendo este conhecimento

sido obtido quer através da televisão quer através da rádio. Desta forma chega a todas as camadas sociais a informação. O contacto profissional com a problemática é muito pouco acentuado e os dados revelam haver pouca formação relativa a esta problemática.

3. Há uma real percepção quanto às vítimas de tráfico. Apesar de todos os inquiridos terem ouvido falar do tema, a sua maioria percebe que é uma problemática que afecta homens, mulheres e crianças, sendo que a este nível estão bem informados. Havendo uma pequena percentagem que enuncia apenas mulheres e crianças.
4. A grande maioria 116 dos 195 inquiridos refere o Tráfico de Seres Humanos como sendo um crime, o que revela um desconhecimento quanto à lei angolana estando nós perante elementos pertencentes à Polícia Nacional.
5. Têm uma real percepção quanto ao facto de esta prática ser feita quer dentro quer para fora do país.
6. Quanto à percepção sobre se os traficantes/recrutadores serem pessoas conhecidas ou desconhecidas das vítimas, cerca de metade dos inquiridos refere que são desconhecidas um pequeno número 4% refere serem conhecidas quando a realidade demonstra precisamente o contrário.
7. É unânime por parte dos inquiridos que deverá ser dada mais formação aos elementos policiais nesta matéria.

Em suma, apesar de estarmos perante um grupo de pessoas com responsabilidades na prevenção e repressão deste tipo de fenómeno, o flagelo do tráfico de seres humanos ainda é desconhecido para esses mesmos sujeitos, o que nos leva a pensar que aqueles que têm por obrigação prevenir e reprimir este tipo de crimes têm uma má percepção dos mesmos, como poderão estar informadas as pessoas comuns.

### **Recomendações**

- A) É urgente o executivo criminalizar a prática de tráfico de seres humanos, alterando o Código Penal Angolano, para um melhor combate ao flagelo.

- B) Deverão ser feitas mais campanhas de alerta para o flagelo, onde se dê toda a informação sobre o mesmo para prevenir esta tipologia de crimes. Estas campanhas deverão chegar a todos os estratos sociais sob pena de se não chegarem a quem tem menos posses, o flagelo vai persistir, até mesmo aumentar, atendendo a que essas são as vítimas preferenciais.
- C) O Ministério da Educação poderá ter um papel deveras importante, se designar especialistas para falarem nas escolas principalmente ao nível do ensino secundário.
- D) As autoridades devem ter formação para obtenção de mais conhecimento sobre possíveis locais de prática de tráfico, para detecção de indicadores físicos, emocionais e comportamentais das vítimas de tráfico.

## BIBLIOGRAFIA

ALEXANDRINO, José Melo, «Direitos Humanos em África», Coimbra Editora, pp. 51-67 e 145-192.

BOAVENTURA, Santos; GOMES, Conceição; DUARTE, Madalena e BAGANHA, Maria Joannis, «Tráfico de Mulheres em Portugal para fins de exploração sexual», Coleção Estudo do Género, Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, Lisboa, 2008.

BOLDUC, Kim; QUAGLIA, Giovanni; OLIVEIRA, Mariana. «Tráfico de Pessoas: Um Alerta Mundial» in “*Folha de São Paulo*”, Caderno Opinião, São Paulo, 2007.

COSTA, Joana Azevedo, «Tráfico de Seres Humanos», Verbo Jurídico, Lisboa, 2011.

LEAL, Maria Lúcia; LEAL, Maria de Fátima (orgs), «Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para Fins de Exploração Sexual e Comercial», Relatório Nacional, Cecria, Brasília, 2002.

LEAL, Maria Lúcia; LEAL, Maria de Fátima, «Enfrentamento do Tráfico de Pessoas, uma questão possível?» in “*Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas*” Brasil, Secretaria Nacional de Justiça., 2ª Edição, SNJ, 2008, pp. 27-33.

MAIA, Maria do Céu; AZEVEDO, Ângela da Costa, «Maus-tratos à criança», 1ª Edição, Climepsi Editores, Lisboa, 2006.

RUIZ, Márcia, «Tráfico de Seres Humanos» in “*Polícia Civil*”, Departamento de Homicídios e de Protecção às Pessoas de São Paulo. Roca, 2008, pág. 57

SALES, Lilia Maia de Moraes; ALCENCAR, Emanuela Cardoso Onofre de «Tráfico de Seres Humanos, Migração, Contrabando de Migrantes, Turismo Sexual e Prostituição, algumas diferenciações», Novos Estudos Jurídicos, Itajaí, 2008. (<http://siaiweb06.univali.br/seer/index.php/nej/article/viewFile/1225/1028>) consulta em 10/02/2014.

SANTOS, Helder, «O papel dos órgãos do sistema de preservação na segurança de estado e da polícia na protecção dos direitos humanos» in “*Inteligência*” – Revista de Especialidade e Estudos Multidisciplinares, Ano IV, nº 4, Luanda, 2013, pp. 9-15.



SERRA, Carlos, «Tatá Papá, Tatá Mamá - Tráfico de Menores em Moçambique», Universidade Eduardo Mondlane / Centro de Estudos Africanos, Maputo, 2008.

SONGOLOLO, Molo, «The Trafficking of Women into the South African Sex Industry», Cape Town, pp. 20-22, 2000.

TEIXEIRA, Marco, «Tráfico de Pessoas, da Percepção Social à Realidade Policial», in “*Tráfico Desumano*”, Cadernos da Administração Interna, Coleção de Direitos Humanos e Cidadania, Outubro, 2010.

### **Diplomas Consultados**

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE ANGOLA, Imprensa Nacional, Luanda, 2010.

CÓDIGO PENAL, República de Angola, anotações de Orlando Rodrigues e Grandão Ramos, Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, Luanda, 2009.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS DO HOMEM

.

### **Instrumentos Internacionais**

#### **Organização Internacional das Migrações (OIM)**

IOM - International Organization for Migration, «Seduction, Sale & Slavery, Trafficking in Women and Children for Sexual Exploitation», Southern África, Pretória, 2000, pp. 8, 45-60.

Guia sobre Formação Anti-Tráfico para os Oficiais da Linha da Frente da Aplicação da Lei, baseado no conjunto de Ferramentas para as Organizações da Sociedade Civil sobre Operacionalização da Lei, OIM Zâmbia, 2008.

Manual do Combate ao Tráfico de Seres Humanos para Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei em Angola, OIM, 2012.

Manual para Parlamentares Combatendo o Tráfico de Crianças n.º 9, ONU/UNICEF, 2005, pp. 3-21.

Manual sobre Assistência Directa às Vítimas de Tráfico, 2007, pp. 48-49.

Manual da OIM sobre Assistência Directa às Vítimas de Tráfico - Princípios Éticos em Entrevistar Pessoas Traficadas, Genebra, OIM, 2007, pp. 308-322.

Capacitação da Sociedade Civil da África do Sul no Combate ao Tráfico de Pessoas. Formação de Formadores no Combate ao Tráfico de Pessoas para as Organizações da Sociedade Civil Sul-africana. IOM, Pretória, 2008.

### **Organização Internacional de Trabalho (OIT)**

«Convenção n.º 29 da Organização Internacional do Trabalho-OIT», de 30/06/10, ratificada pelo Brasil em 25/04/54 e aprovada pelo Decreto Legislativo n.º 24 de 29/05/56, artº 2º.

«Uma Aliança Global contra o Trabalho Forçado-Relatório Global do Seguimento da Declaração da OIT sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho», Genebra, OIT, 2005.

### **Organização das Nações Unidas (ONU)**

«Protocolo das Nações Unidas Contra o Tráfico Ilícito de Migrantes por Terra, Mar e Ar, suplemento da Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional», ONU, 2008.

«Protocolo das Nações Unidas para Prevenir, Suprimir e Punir o Tráfico de Pessoas, Especialmente Mulheres e Crianças», suplemento da Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, ONU, 2000.

«Convenção sobre os Direitos da Criança», ONU, UNICEF.

«Projecto de Investigação de Pessoas, Especialmente Mulheres e Crianças, na África Ocidental e Central», Escritório Regional para a África Ocidental e Central. ONU, UNICEF.

«Convenção sobre a Escravatura», de 25/09/26, emendada pelo Protocolo aberto à assinatura na sede das Nações Unidas em Nova York, em 07/12/53 e promulgada pelo Decreto n.º 58.563, de 01/06/66.

«Convenção Suplementar sobre a Abolição da Escravatura do Tráfico de Escravos e da Instituições e Práticas Análogas à Escravatura», adoptada em Genebra em 07/09/56, promulgada pelo Decreto n.º 58.563, de 01/06/66.

ONU, Organizações das Nações Unidas, UNODC-Escritório sobre Drogas e Crimes. Global Report on Trafficking in Persons (sine loco), Fevereiro, 2009, (<http://www.unodc.org/brazil/documents/Global-on-TIP.pdf>.) consulta em 15/03/2014.

Tráfico de Pessoas para a Europa para Fins de Exploração Sexual, pág.2, Junho de 2010 ( <http://www.unodc.org/documents/southerncone>) consulta em 15/03/2014

### **Relatórios**

Departamento de Estado dos EUA para Monitorização e Combate ao Tráfico de Pessoas em 2005. Relatórios do Tráfico de Pessoas.

ONU, UNICEF, Relatório Inicial sobre a implementação da Convenção sobre os Direitos da Criança em Angola, 1ª Edição, Dezembro de 2003.

Boletim Informativo “Relance sobre o Tráfico de Seres Humanos na África Austral, 3ª Edição, Agosto 2004 “, OIM Pretória, África do Sul, Pág.2-6.

### **Jornais**

Jornal de Angola, Página de Política, Guilherme Alberto, 23 de Dezembro de 2002.

Jornal de Angola, pág. 5, Reportagem por Yara Simão, Edições Novembro, “ Há crianças angolanas exploradas pelos pais (Pobreza e Desemprego são as Principais Causas da Exploração diz UNICEF), Quarta-feira, 12 de Junho de 2013.

Jornal de Angola, pág. 7, Opinião, “ Milhões de Crianças Fazem Trabalhos Domésticos Ilegais”. 13 de Junho de 2013,

Jornal de Angola pág. 5, Entrevista por André Costa, “ Comandante Provincial da Lunda Norte” Comissário Gil Famoso, conta tudo sobre os assassinatos de mulheres no Cafunfo, 2 de Julho de 2013.

Semanário Privado “Continente”, Ano III Edição n.º 163, pág. 4, Política, “Polícia Brasileira Acusa General Angolano Bento Kangamba, de Tráfico de Mulheres”, 25 de Outubro de 2013,.

Semanário Privado “O País”, Edição n.º 258, pág. 18, Sociedade, por Jacinto Figueiredo “Angola - Asiáticos Comandam Tráfico Humano no País”, 25 de Outubro de 2013.

Semanário Angolense, Edição n.º 538, pág. 5, Em Foco, Desencadeada “Operação Garina” Polícia Brasileira Desarticula Rede de Prostituição para Angola. *in* O Globo, 26 de Outubro de 2013

### **Fontes de internet**

<http://www.state.gov/g/tip/> , consulta em 15/03/2013.

<http://www.unodc.org/.../human-trafficking/what-is-human-trafficking.html> , consulta em 22/03/2013.

[www.unodc.org/.../SOP](http://www.unodc.org/.../SOP) on Investigation of Crimes of Trafficking for Commercial Sexual Exploitation, consulta em 22/03/2013.

<http://www.otsh.mai.gov.pt/?area=002&mid=000>, consulta em 25/03/2013.

<http://www.oikos.pt/traficosereshumanos/m1-traffic-seres-humanos.html> , consulta em 25/03/2013.

<http://www.unodc.org/Ipo-brazil/pt/traffic-de.pessoas/index.html>, consulta em 25/03/2013.

[http://europa.eu/legislation\\_summaries/justice\\_freedom\\_security/fight\\_against\\_trafficking\\_in\\_human\\_beings/index\\_pt.htm](http://europa.eu/legislation_summaries/justice_freedom_security/fight_against_trafficking_in_human_beings/index_pt.htm) , consulta em 25/03/2013.